

Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2013

Individuais e Consolidadas

I. - Relatório do Conselho de Administração

1. - Actividade desenvolvida pela Sociedade

Ao longo do exercício de 2013, a sociedade acompanhou o desenvolvimento da actividade das suas participadas Banco Invest, SA, USGestar – Gestão de Imóveis, SA e Motor Park – Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em Dezembro, a Sociedade investiu 3 milhões de euros num aumento de capital da sociedade Paris-Asia, ficando a deter uma participação de 30%. Trata-se de uma sociedade de direito francês, com sede em Paris, que tem curso a promoção de um projecto imobiliário comercial, junto ao aeroporto Charles de Gaulle.

2. - Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas, individuais e consolidadas, traduzem a actividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As demonstrações financeiras foram objecto de uma auditoria externa levada a cabo por uma conceituada empresa de auditoria, que sobre elas emitiu o parecer à frente apresentado, conjuntamente com as Notas às contas do exercício.

Os resultados líquidos apurados cifraram-se em – 103.060,31 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados..... – 103.060,31 Euros

Os resultados líquidos consolidados cifraram-se em 24.798.278 Euros.

Handwritten signatures and initials, including "ALZ" and "DAR", are present in the bottom right corner of the page.

3. - Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração faz questão de deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Conselho Fiscal, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

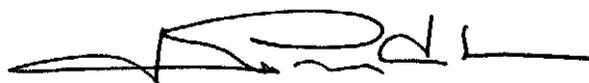
Lisboa, 17 de Março de 2014

O Conselho de Administração



N T ^ ^

Diana Alves Ribeiro



Rita Alves Ribeiro



**ALVES RIBEIRO –
INVESTIMENTOS FINANCEIROS,
SGPS, S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2013
acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	2013		2012		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2013	2012
	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido		2013	2012			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	6.171.582	4.834.746	5	Recursos de Bancos Centrais	19	221.630.278	228.442.066	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.757.643	-	5.757.643	11.299.336	6	Passivos financeiros detidos para negociação	7 e 20	385.853	56.977	
Activos financeiros detidos para negociação	54.865.367	-	54.865.367	73.168.205	7	Recursos de outras instituições de crédito	21	5.389.248	7.255.214	
Activos financeiros disponíveis para venda	239.751.432	(3.564.677)	236.186.555	200.747.407	8	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	233.834.316	182.786.325	
Crédito a clientes	197.497.828	(29.098.353)	168.399.475	195.967.912	9	Responsabilidades representadas por títulos	23	31.955.421	135.095.049	
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	63.787.169	88.073.643	10	Provisões	24	846.253	755.497	
Derivados de cobertura	21.776	-	21.776	7.046	11	Passivos por impostos correntes	17	68.187	2.416.785	
Activos não correntes detidos para venda	39.970.320	(7.986.073)	31.984.247	29.922.016	12	Passivos por impostos diferidos	17	1.327.338	596.788	
Propriedades de investimento	6.605.468	(1.874.028)	4.731.440	4.738.197	13	Outros passivos	25	7.716.840	6.210.218	
Outros activos tangíveis	6.332.871	(3.938.232)	2.394.639	2.854.471	14	Total do Passivo		503.153.734	563.616.919	
Activos intangíveis	1.891.187	(1.620.997)	270.190	567.407	15	Capital		36.000.000	36.000.000	
Investimentos em associadas	3.000.000	-	3.000.000	-	16	Reservas de reavaliação	26	2.938.936	154.229	
Activos por impostos correntes	1.081.829	-	1.081.929	22.446	17	Outras reservas e resultados transitados	27	23.394.910	20.544.300	
Activos por impostos diferidos	7.653.523	-	7.653.523	4.890.054	17	Resultado do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade	27	24.798.278	2.874.948	
Outros activos	5.872.370	(47.214)	5.825.156	7.734.269	18	Interesses minoritários	28	1.844.833	1.636.759	
						Total do Capital próprio		86.976.957	61.210.236	
						Total do Passivo e do Capital Próprio		592.130.681	624.827.155	
Total do Activo	640.260.465	(48.129.774)	592.130.691	624.827.155						

O Anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013.






Diana Alves Ribeiro



Diana Alves Ribeiro

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOSEM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	29	20.980.020	23.012.471
Juros e encargos similares	30	(10.359.080)	(9.865.168)
MARGEM FINANCEIRA		10.620.940	13.147.303
Rendimentos de instrumentos de capital	31	24.974	15.702
Rendimentos de serviços e comissões	32	2.098.125	1.800.466
Encargos com serviços e comissões	33	(465.984)	(496.901)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	1.990.826	6.941.451
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	2.823.979	(927.618)
Resultados de reavaliação cambial	36	284.880	126.279
Resultados de alienação de outros activos	37	(451.563)	(37.643)
Outros resultados de exploração	38	34.338.886	323.049
PRODUTO BANCÁRIO		51.265.063	20.892.088
Custos com pessoal	39	(4.882.233)	(4.896.550)
Gastos gerais administrativos	40	(4.224.855)	(3.829.529)
Amortizações do exercício	13, 14 e 15	(907.913)	(1.239.732)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	24	(100.000)	-
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	24	(15.467.658)	(5.447.685)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	24	366.575	869.231
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	24	(3.586.979)	(1.813.095)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		22.462.000	4.534.728
Impostos			
Correntes	17	(436.871)	(2.563.514)
Diferidos	17	2.989.188	922.423
		2.552.317	(1.641.091)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		25.014.317	2.893.637
Resultado atribuível a interesses minoritários	28	(216.039)	(18.689)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		24.798.278	2.874.948

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	25.014.317	2.893.637
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração dos resultados:		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	6.929.528	15.700.377
Impacto fiscal	(1.807.728)	(4.166.142)
Transferência para resultados por imparidade	(366.576)	(869.231)
Impacto fiscal	97.143	252.077
Transferência para resultados por alienação	(2.823.979)	927.619
Impacto fiscal	748.354	(269.010)
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados	2.776.742	11.575.690
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	27.791.059	14.469.327
Interesses minoritários	(208.074)	(119.941)
Rendimento integral consolidado	27.582.985	14.349.386

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e outro rendimento integral consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.



N. P. R. V.

D. Alves Ribeiro



Diana Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total			
	Reservas de justo valor	Reservas de impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados						
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	30.000.000	(15.539.396)	4.117.935	(11.421.461)	9.611.123	14.969.108	24.580.231	(3.908.148)	1.516.818	40.767.440
Aplicação do resultado do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	623.435	(4.531.583)	(3.908.148)	3.908.148	-	-
Aumento de capital:										
Entrada em dinheiro	6.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000
Rendimento integral do exercício de 2012	-	15.758.765	(4.183.075)	11.575.690	-	(101.252)	(101.252)	2.874.948	119.941	14.469.327
Outras variações	-	-	-	-	-	(26.531)	(26.531)	-	-	(26.531)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	36.000.000	219.369	(65.140)	154.229	10.234.558	10.309.742	20.544.300	2.874.948	1.636.759	61.210.236
Aplicação do resultado do exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	2.874.948	2.874.948	(2.874.948)	(2.874.948)	-	-
Rendimento integral do exercício de 2013	-	3.746.938	(962.231)	2.784.707	-	-	-	24.798.278	208.074	27.791.059
Outras variações	-	-	-	-	-	(24.339)	(24.339)	-	-	(24.339)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000.000	3.966.307	(1.027.371)	2.938.936	10.234.558	13.160.351	23.394.910	24.798.278	1.844.833	88.976.957

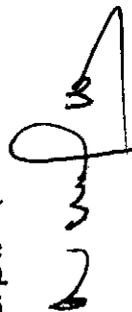
O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.







Diana Alves Ribeiro



Diana Alves Ribeiro

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	21.383.111	25.020.435
Pagamentos de juros e comissões	(10.102.359)	(7.946.951)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.032.950)	(8.368.629)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.839.914)	288.007
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	1.522.406	834.605
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	1.930.294	9.827.467
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	20.679.518	(30.935.591)
Activos financeiros disponíveis para venda	(27.192.221)	(111.537.394)
Crédito a clientes	8.845.647	28.745.392
Investimentos detidos até à maturidade	24.286.474	24.330.976
Activos não correntes detidos para venda	(5.630.752)	(1.284.476)
Outros activos	1.744.941	1.730.239
	22.733.607	(88.950.854)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais	(7.500.000)	80.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	(1.865.945)	(33.523.644)
Recursos de clientes	51.034.996	61.209.576
Responsabilidades representadas por títulos	(68.703.843)	(41.997.074)
Outros passivos	1.276.334	286.031
	(25.758.458)	65.974.889
Caixa líquida das actividades operacionais	(1.094.557)	(13.148.498)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(110.300)	(594.005)
Investimentos em associadas	(3.000.000)	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(3.110.300)	(594.005)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	6.000.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	6.000.000
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(4.204.857)	(7.742.503)
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.134.082	23.876.585
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.929.225	16.134.082
	(4.204.857)	(7.742.503)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Feia

M F N N

Alves

Alves

Diana Alves Ribeiro

Alves

M F N N

Diana Alves Ribeiro

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Alves Ribeiro, SGPS”) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, que resultou da alteração, ocorrida em 17 de Janeiro de 1997, da denominação social da Victor Silva Ribeiro e Irmãos, Lda..

A Sociedade tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e em 31 de Dezembro de 2013 detém as seguintes participações directas:

- Uma participação de 99,13% do capital do Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest), o qual por sua vez é detentor da totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“Invest Gestão de Activos”).

O Banco Invest tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento. Para a realização das suas operações o Banco dispõe de três balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

A Invest Gestão de Activos foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.
- Uma participação de 100% do capital da Motor – Park – Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Motor – Park). No exercício de 2011, a Motor Park efectuou o trespasse da sua actividade para uma outra entidade, tendo ficado desde essa data sem actividade operacional
- Uma participação de 100% do capital da US Gestar – Gestão de imóveis, S.A. (US Gestar).
- No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.
- Em 31 de Dezembro de 2013 adquiriu uma participação de 30% por 3.000.000 Euros, da Paris Asia, representado por 43 acções, com o valor nominal de 10 Euros. A aquisição das acções foi efectuada através da emissão de novas acções da Sociedade, tendo originado um prémio de emissão de 2.999.570 Euros. A Sociedade está localizada em Paris, e tem como objecto o desenvolvimento de um espaço de comércio em Paris.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2014.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 da Alves Ribeiro, SGPS e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Alves Ribeiro, SGPS e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3) ("Grupo"), incluindo entidades com finalidade especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação as entidades com finalidade especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Alves Ribeiro, SGPS e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros activos”.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 44). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Grupo a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 44). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, era uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Grupo tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "deemed cost" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tomando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara, no início da operação, documentação formal que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização da contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, na rubrica “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no activo e no passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

d) Imparidade de activos financeiros

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Grupo definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- Rating inferior a BBB-, ou seja, Non investment grade;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "recover value" esperado;
 - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de rating igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
- Redução do "credit enhancement" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Grupo poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Grupo constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco Invest (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Grupo avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Grupo, que desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Propriedades de Investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo da obtenção de rendimentos através do seu arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo do custo previsto na Norma IAS 40 – “Propriedades de investimento”, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado.

As rendas recebidas são reconhecidas como proveitos no período a que dizem respeito na rubrica “Outros rendimentos de exploração”, da demonstração de resultados.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor nas respectivas rubricas de activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em associadas

As empresas associadas são entidades nas quais a Sociedade exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas associadas adquiridas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

2.11. Impostos sobre lucros

A Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de imóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Sociedade é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores e 7.500.000 Euros.

Para o exercício de 2014 o Grupo estará sujeito a tributação de IRC a uma taxa de 23% sobre a matéria colectável (excepto para os primeiros 15.000 Euros de matéria colectável, caso em que é aplicada uma taxa de 17%), e os referidos lucros tributáveis serão sujeitos a uma derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 Euros.
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros

As mais e menos valias realizadas pelo Grupo mediante a transmissão onerosa de partes de capital detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do respectivo lucro tributável, ou seja, não são tributadas, no primeiro caso, e não são dedutíveis, no segundo. Este regime não é aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital alienadas tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais e tenham sido detidas pela alienante por período inferior a três anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 26,5% e 29%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.13. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco Invest não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Grupo com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em contas as regras definidas pelo IAS 39.

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas "Crédito a clientes", "Investimentos detidos até à maturidade" e "Activos financeiros disponíveis para venda". A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4 d)).

2.18. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2013 o Grupo adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente, e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida de norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito da aplicação das IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 - Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 - Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades (Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the word "DPR" written vertically.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
Emendas às normas: · IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2013); · IFRS 7 - Instrumentos Financeiros e Divulgações	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	Esta emenda vem estabelecer condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens e serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade da Sociedade e das suas subsidiárias, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	-	Integral
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	99,13%	Integral
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de Inv. mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Saldanha Holdings	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral
Saldanha Finance	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	Comércio de veículos	Lisboa	100%	Integral
US Gestar - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão de Imóveis	Lisboa	100%	Integral

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several initials at the bottom right.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2013			2012		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	63.467.623	57.135.998	(103.060)	60.491.577	57.239.058	(247.385)
Banco Invest, S.A.	657.179.974	51.368.462	(4.955.394)	628.070.582	54.297.759	146.500
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.781.727	1.768.738	103.313	1.698.191	1.665.425	86.171
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	34.100.533	27.713.617	(247.432)	38.839.779	32.683.626	(2.053.549)
AR Finance 1, pic	34.267.945	(4.070.355)	(473.438)	43.157.376	(5.221.095)	(1.896.131)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	99.974.439	93.682.378	(502.278)	105.685.962	99.901.961	(3.035.039)
Invest Finance BV	94.453.861	18.000	17.200	103.248.522	18.000	17.200
Fundo Tejo	6.106.257	7.785.897	3.988	7.958.670	7.781.911	224.775
Saldanha Holdings	52.752.630	2.629	1.130	-	-	-
Saldanha Finance	52.941.490	163.719	162.219	-	-	-
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	35.991	(2.018.313)	(4.896)	115.654	(2.013.417)	(6.982)
US Gester - Gestão de imóveis, S.A.	1.866.785	1.007.151	54.489	1.919.610	952.862	33.027

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco Invest. Esta Sociedade foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance que é detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido directamente pelo Banco Invest.

Em Novembro de 2013 o Banco Invest concedeu um financiamento à Saldanha Holding no montante de 54.100.00 Euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição dos VFN. O preço de aquisição dos VFN foi de 54.041.214 Euros, correspondentes a 61% do valor nominal dos VFN que ascendiam nessa data a 88.460.993 Euros.

4. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial - Crédito a clientes
- Mercados - Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2013 e 2012, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2013		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	8.480.015	2.140.925	10.620.940
Rendimentos de instrumentos de capital	-	24.974	24.974
Resultados de serviços e comissões	1.632.141	-	1.632.141
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	1.990.826	1.990.826
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	2.823.979	2.823.979
Outros resultados de exploração e outros	(329.438)	34.501.641	34.172.203
Produto bancário	9.782.718	41.482.345	51.265.063
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(6.845.607)	(2.261.481)	(9.107.088)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(694.496)	(213.417)	(907.913)
Provisões e imparidade	(18.490.655)	(297.407)	(18.788.062)
Resultado antes de impostos	(16.248.040)	38.710.040	22.462.000
Impostos	2.973.607	(421.290)	2.552.317
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(13.274.433)	38.288.750	25.014.317
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	(216.039)	(216.039)
Resultado consolidado do exercício	(13.274.433)	38.072.711	24.798.278
Activos financeiros detidos para negociação	-	54.865.367	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	-	236.186.555	236.186.555
Crédito a clientes	160.725.191	7.874.284	168.399.475
Investimentos detidos até à maturidade	-	63.787.169	63.787.169
Recursos de bancos centrais	-	221.630.278	221.630.278
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	233.834.316	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	31.955.421

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível na Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		Total
	Comercial	Mercados	
Margem financeira	10.747.243	2.400.060	13.147.303
Rendimentos de Instrumentos de capital	-	15.702	15.702
Resultados de serviços e comissões	1.303.565	-	1.303.565
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resu	-	6.941.451	6.941.451
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(927.618)	(927.618)
Outros resultados de exploração e outros	151.970	259.715	411.685
Produto bancário	12.202.778	8.689.310	20.892.088
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(6.509.377)	(2.216.700)	(8.726.077)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(643.512)	(268.757)	(912.269)
Provisões e imparidade	(7.484.925)	765.912	(6.719.013)
Resultado antes de impostos	(2.435.036)	6.969.765	4.534.729
Impostos	235.639	(1.876.730)	(1.641.091)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(2.199.397)	5.093.035	2.893.638
Resultado atribuível a Interesses minoritários	-	(18.689)	(18.689)
Resultado consolidado do exercício	(2.199.397)	5.074.346	2.874.949
Activos financeiros detidos para negociação	-	73.168.205	73.168.205
Activos financeiros disponíveis para venda	-	200.747.407	200.747.407
Crédito a clientes	186.974.954	8.992.958	195.967.912
Investimentos detidos até à maturidade	-	88.073.643	88.073.643
Recursos de bancos centrais	-	228.442.066	228.442.066
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	182.786.325	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	135.095.049	-	135.095.049

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível na Sociedade.

A totalidade da actividade do Grupo é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	552.582	314.972
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5.619.000	4.519.774
	6.171.582	4.834.746
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos à ordem		
· No país	1.770.928	3.168.927
· No estrangeiro	3.986.715	8.130.409
	-----	-----
	<u>5.757.643</u>	<u>11.299.336</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 864.226 Euros e 5.700.919 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das Classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 23).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Dívida pública portuguesa	36.551	-
De outros residentes		
· De outros emissores públicos nacionais	50.845	1.975.000
· Instituições de crédito	359.716	1.678.124
· Papel Comercial	10.429.595	25.224.110
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	4.366.654	1.035.960
· Instituições de crédito	28.711.486	27.075.627
· Empresas	5.474.264	12.977.194
	-----	-----
	<u>49.429.111</u>	<u>69.966.015</u>
	-----	-----
Juros a receber	454.986	854.799
	-----	-----
	<u>49.884.097</u>	<u>70.820.814</u>
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
· Acções	1.008.974	333.437
De não residentes		
· Acções	2.088.030	283.039
· Unidades de participação	143.516	158.306
	-----	-----
	<u>3.240.520</u>	<u>774.782</u>
	-----	-----
<u>Instrumentos financeiros derivados</u>		
Swaps		
· Taxa de juro	398.600	799.173
· Crédito	-	50.537
· Outros	1.094.326	573.520
Opções	247.824	149.380
	-----	-----
	<u>1.740.750</u>	<u>1.572.610</u>
	-----	-----
	<u>54.865.367</u>	<u>73.168.206</u>
	=====	=====

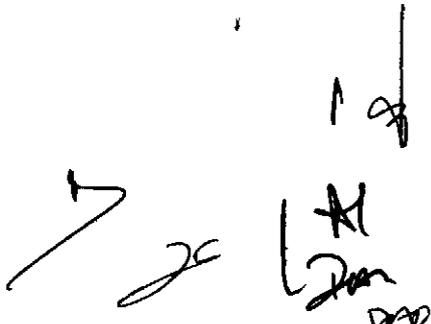
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dívida pública portuguesa	43.000	-
De outros residentes		
· De outros emissores públicos	51.000	2.000.000
· Instituições de crédito	350.000	1.670.000
· Papel comercial	10.500.000	25.420.802
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	4.290.000	1.000.000
· Instituições de crédito	29.455.029	27.594.723
· Empresas	5.630.982	13.500.000
	-----	-----
	50.320.011	71.185.525
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nesta datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	<u>2013</u>			
	<u>Montante nominal</u>	<u>Valor contabilístico</u>		
Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação (Nota 20)		Total
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
· Swaps				
De taxa de juro	56.257.019	398.600	-	398.600
Outros	5.878.247	1.094.326	(17.375)	1.076.951
· Opções embutidas				
em depósitos estruturados	10.711.626	247.824	(367.804)	(119.980)
· Opções				
de cotações	66.710	-	(674)	(674)
	-----	-----	-----	-----
	72.913.602	1.740.750	(385.853)	1.354.897
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
· Futuros				
De taxa de juro	8.969.975	-	-	-
De cotações	1.960.252	-	-	-
De divisas	4.686.222	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	15.616.449	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	88.530.051	1.740.750	(385.853)	1.354.897



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			
	Montante nominal	Valor contabilístico		Total
Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	(Nota 20)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De taxa de juro	206.236.922	799.173	(32.342)	766.831
Sobre eventos de crédito	15.000.000	50.537	(690)	49.847
Outros	3.945.247	573.520	-	573.520
. Opções embutidas em depósitos estruturados				
	4.651.473	149.380	(23.945)	125.435
	<u>229.833.642</u>	<u>1.572.610</u>	<u>(56.977)</u>	<u>1.515.633</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	20.371.445	-	-	-
De cotações	1.529.135	-	-	-
De divisas	2.903.060	-	-	-
	<u>24.803.640</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>254.637.282</u>	<u>1.572.610</u>	<u>(56.977)</u>	<u>1.515.633</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante nominal de swaps de taxa de juro inclui 43.379.100 Euros e 191.196.364 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuadas pelo Banco (Nota 9).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

	2013					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	3.250.000	2.350.000	3.462.919	3.815.000	43.379.100	56.257.019
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	<u>3.250.000</u>	<u>2.350.000</u>	<u>3.462.919</u>	<u>9.693.247</u>	<u>43.379.100</u>	<u>62.135.266</u>
. Opções embutidas em depósitos estruturados						
	3.673.246	2.077.829	4.331.551	629.000	-	10.711.626
. Opções de cotações e câmbios						
	-	-	66.710	-	-	66.710
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	3.739.500	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	8.969.975
De cotações	1.960.252	-	-	-	-	1.960.252
De divisas	4.686.222	-	-	-	-	4.686.222
	<u>10.385.974</u>	<u>1.994.200</u>	<u>1.993.475</u>	<u>1.242.800</u>	<u>-</u>	<u>15.616.449</u>
	<u>17.309.220</u>	<u>6.422.029</u>	<u>9.854.655</u>	<u>11.565.047</u>	<u>43.379.100</u>	<u>68.530.051</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	-	1.000.000	-	153.101.006	52.135.916	206.236.922
Sobre eventos de crédito	10.000.000	5.000.000	-	-	-	15.000.000
Outros	-	-	-	3.945.247	-	3.945.247
	10.000.000	6.000.000	-	157.046.253	52.135.916	225.182.169
. Opções embutidas em depósitos estruturados						
	2.028.719	981.979	1.157.869	482.906	-	4.651.473
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	18.875.370	-	249.425	1.246.650	-	20.371.445
De cotações	1.529.135	-	-	-	-	1.529.135
De divisas	2.903.060	-	-	-	-	2.903.060
	23.307.565	-	249.425	1.246.650	-	24.803.640
	35.338.284	6.981.979	1.407.294	158.775.809	52.135.916	254.637.282

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
<u>Mercado de balcão (OTC)</u>		
Swaps		
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	43.379.100	191.196.364
. Clientes	12.877.919	15.040.558
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	-	15.000.000
Outros		
. Clientes	5.878.247	3.945.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
. Clientes	10.711.626	4.651.473
Opções		
. De cotações	66.710	-
	72.913.602	229.833.642
<u>Transaccionados em bolsa</u>		
Futuros		
. De taxa de juro	8.969.975	20.371.445
. De cotações	1.960.252	1.529.135
. De divisas	4.686.222	2.903.060
	15.616.449	24.803.640
	88.530.051	254.637.282

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	18.598.740	15.038.745
De outros residentes:		
· Emissores públicos nacionais	1.993.460	1.809.680
· Instituições de crédito	19.447.089	10.627.113
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	90.255.701	91.225.950
· Outras obrigações	96.204.755	78.078.382
	-----	-----
	226.499.755	196.779.870
	-----	-----
Juros a receber	3.312.241	1.456.982
	-----	-----
	229.811.996	198.236.852
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
Emitidos por residentes		
· Valorizados ao justo valor	8.063.635	5.486.767
Emitidos por não residentes		
· Valorizados ao justo valor	1.875.799	1.465.370
	-----	-----
	9.939.436	6.952.137
	-----	-----
	239.751.432	205.188.989
	-----	-----
· Imparidade (Nota 24)	(3.564.877)	(4.441.582)
	-----	-----
	236.186.555	200.747.407
	=====	=====

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 24.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 5.233.000 Euros e 3.426.367 Euros, respectivamente, Relativamente a esta participação, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	20.100.000	15.100.000
De outros residentes		
· Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
· Instituições de crédito	2.500.000	10.500.000
· Outras obrigações	16.100.000	-
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	90.500.100	93.000.100
· Outras obrigações	93.708.996	78.323.651
	-----	-----
	<u>224.909.096</u>	<u>198.923.751</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	(277.441)	26.482
De outros residentes		
· Emissores públicos nacionais	(9.902)	(196.472)
· Outras obrigações	718.728	145.226
· Instituições de crédito	32.793	20.142
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	1.658.043	686.167
· Outras obrigações	1.258.359	(300.416)
	-----	-----
	<u>3.380.580</u>	<u>381.129</u>
	-----	-----
Instrumentos de capital	392.447	11.107
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	(26.088)	(172.867)
	-----	-----
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 27)	<u>3.746.939</u>	<u>219.369</u>
	=====	=====


 DAR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito Interno securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	62.634.070	73.715.521
· Empréstimos a médio e longo prazo	43.234.903	54.375.066
	<u>105.568.973</u>	<u>128.090.587</u>
Crédito interno não securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	14.628.704	11.440.130
· Empréstimos a médio e longo prazo	11.541.726	9.617.891
· Créditos em conta corrente	10.394.622	6.416.097
· Operações de locação financeira mobiliária	594.924	329.971
· Descobertos em depósitos à ordem	3.121.177	1.529.174
· Outros créditos	5.582.465	7.071.522
	<u>45.863.618</u>	<u>36.404.785</u>
Crédito ao exterior:		
· Empréstimos a médio e longo prazo	532.897	-
· Descobertos em depósitos à ordem	335.798	398.817
	<u>152.301.286</u>	<u>164.894.189</u>
Juros a receber	<u>442.285</u>	<u>511.713</u>
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida:		
De outros residentes		
Empresas	2.530.575	-
De não residentes		
· Instituições de crédito	1.000.000	1.101.140
· Empresas	5.900.077	8.867.184
· Juros a receber	30.303	44.491
	<u>9.460.955</u>	<u>10.012.815</u>
Comissões associadas ao custo amortizado:		
· Despesas com encargo diferido	204.615	291.638
· Receitas com rendimento diferido	(87.076)	(103.744)
	<u>117.539</u>	<u>187.894</u>
Crédito e juros vencidos	<u>35.175.763</u>	<u>34.141.074</u>
	<u>197.497.828</u>	<u>209.747.685</u>
Imparidade (Nota 23)	<u>(29.098.353)</u>	<u>(13.779.773)</u>
	<u>168.399.475</u>	<u>195.967.912</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Crédito interno securitizado" refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações de securitização:		
· AR Finance	25.622.227	31.767.303
· Invest Finance - Conduit	79.946.746	96.323.284
	-----	-----
	105.568.973	128.090.587
	=====	=====

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- AR Finance:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do "Step up"	Taxa de remuneração	
		2013	2012			Até à data do "Step up"	Após a data do "Step up"
Classe A	108.500.000	-	2.085.080	Setembro de 2038	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	29.068.820	35.500.000	Setembro de 2038	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	7.850.158	7.850.158	Setembro de 2038	--	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2038	--	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	<u>154.560.000</u>	<u>38.118.978</u>	<u>47.215.238</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2012, as obrigações das Classes A apresentam "Rating" A- atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. No decorrer do exercício de 2013, as obrigações da Classe A foram reembolsadas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações da Classe B apresentam "Rating AAA" atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital vincendo e vencido resultante dos créditos cedidos ascendia a 25.622.227 Euros e 7.135.528 Euros, respectivamente (em 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 31.767.303 Euros e 6.079.651 Euros, respectivamente).

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a 79.946.746 Euros e 96.323.284 Euros, respectivamente.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o papel comercial emitido ascende a 87.204.148 Euros e 93.812.361 Euros, respectivamente. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.

Em Novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. Desta forma, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 Euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2013 o papel comercial é integralmente detido pela Sociedade Saldanha Holdings Limited, tendo o Grupo registado um ganho com a recompra no montante de 34.419.779 Euros (Nota 38).

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Nota 22).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	7.808.661	7.594.140
De três meses a um ano	6.306.478	4.401.420
De um ano a cinco anos	18.651.416	18.527.382
Mais de cinco anos	119.534.731	134.371.246
	-----	-----
	152.301.286	164.894.189
	=====	=====

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	318.376	542.182
De três meses a um ano	2.466.203	7.398.026
Mais de um ano	32.391.184	26.200.866
	-----	-----
	<u>35.175.763</u>	<u>34.141.074</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 53.343.845 Euros e 38.565.715 Euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	31.902.908	31.151.101
Outras garantias reais	670.844	821.883
Garantia pessoal	1.936.086	1.425.674
Sem garantia	638.925	742.416
	-----	-----
	<u>35.175.763</u>	<u>34.141.074</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	<u>2013</u>			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<u>Crédito a clientes</u>				
Operações de locação financeira imobiliária	76.962.774	4.398.053	81.360.827	153.798.135
Empréstimos a médio e longo prazo	54.209.429	27.299.255	81.508.684	105.825.530
Créditos em conta corrente	11.494.719	2.644.607	14.139.326	3.115.584
Operações de locação financeira mobiliária	594.924	7.917	602.841	-
Outros créditos	5.582.485	825.931	6.408.396	2.978.095
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	9.460.955	-	9.460.955	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	3.456.975	9.830.956
	-----	-----	-----	-----
	<u>161.762.241</u>	<u>35.175.763</u>	<u>196.938.004</u>	<u>275.348.300</u>

	<u>2012</u>			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<u>Crédito a clientes</u>				
Operações de locação financeira imobiliária	85.155.652	5.133.263	90.288.915	168.780.233
Empréstimos a médio e longo prazo	62.889.547	25.201.265	88.090.812	161.825.421
Créditos em conta corrente	7.519.508	2.687.491	10.206.999	13.481.660
Operações de locação financeira mobiliária	329.971	9.037	339.008	-
Outros créditos	7.071.522	1.110.018	8.181.540	11.429.624
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	10.012.815	-	10.012.815	-
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.990	-	1.927.990	3.302.451
	-----	-----	-----	-----
	<u>174.907.005</u>	<u>34.141.074</u>	<u>209.048.079</u>	<u>358.819.369</u>

Handwritten signatures and initials:
A.A.
DAR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A quebra verificada na taxa de cobertura do crédito vincendo e vencido por colaterais valorizados ao seu justo valor entre os exercícios de 2012 e 2013 é essencialmente explicada pela revisão das práticas e critérios de avaliação dos mesmos, reflectindo de forma mais prudente o comportamento do mercado imobiliário.

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, incluindo o crédito securitizado, por sectores de actividade é a seguinte:

	2013		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	43.383.538	6.771.074	50.154.612
Particulares	35.578.269	8.664.768	44.243.037
Actividades imobiliárias	15.823.059	7.963.737	23.786.796
Construção	9.431.118	7.766.554	17.197.672
Indústrias transformadoras	14.790.889	1.479.517	16.270.406
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.441.753	212.986	7.654.739
Actividades financeiras e de seguros	6.255.582	139.510	6.395.092
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.283.280	715.173	5.998.453
Alojamento, restauração e similares	3.003.948	220.443	3.224.389
Actividades de saúde humana e apoio social	2.880.412	340.004	3.220.416
Outras actividades de serviços	2.663.534	297.653	2.961.187
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.003.893	17.264	2.021.157
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.748.220	199.847	1.947.867
Transportes e armazenagem	880.151	122.356	1.002.507
Educação	318.490	265.077	583.567
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	509.069	-	509.069
Actividades de informação e de comunicação	306.083	-	306.083
Total Crédito	152.301.286	35.175.763	187.477.049

	2012		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42.014.975	8.491.837	50.506.812
Particulares	37.750.255	8.516.926	46.267.181
Actividades imobiliárias	21.493.895	6.519.472	28.013.367
Indústrias transformadoras	16.877.518	1.527.773	18.405.291
Construção	10.178.968	6.382.533	16.561.501
Actividades financeiras e de seguros	10.560.089	105.105	10.665.194
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.747.083	199.266	5.946.349
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.838.892	690.946	4.527.838
Alojamento, restauração e similares	3.669.592	592.566	4.262.158
Outras actividades de serviços	3.213.611	14.444	3.228.055
Educação	2.103.661	272.539	2.376.200
Actividades de saúde humana e apoio social	1.981.565	321.634	2.303.199
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.074.340	7.780	2.082.120
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.749.312	158.450	1.907.762
Transportes e armazenagem	756.131	199.258	955.389
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	541.032	-	541.032
Actividades de informação e de comunicação	325.471	-	325.471
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	140.545	140.545
Total Crédito	164.894.190	34.141.074	199.035.264

Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, a Sociedade preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	10.270.288	10.839.877
Entre 1 ano e 5 anos	35.187.593	39.474.709
Mais de 5 anos	<u>52.639.644</u>	<u>61.182.978</u>
	<u>98.097.525</u>	<u>111.497.564</u>
Rendimentos financeiros não obtidos	<u>(20.159.077)</u>	<u>(26.011.943)</u>
	<u>77.938.448</u>	<u>85.485.621</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	7.356.662	7.191.706
Entre 1 ano e 5 anos	26.429.948	28.244.881
Mais de 5 anos	<u>44.151.837</u>	<u>50.049.034</u>
	<u>77.938.447</u>	<u>85.485.621</u>
Imparidade	<u>(4.244.571)</u>	<u>(3.864.578)</u>
	<u>73.693.876</u>	<u>81.621.043</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a carteira de operações de locação financeira do Grupo não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Grupo reclassificou activos financeiros das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 44).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica "Crédito a clientes – títulos a receber" e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diversos (<i>Asset-Backed Securities</i>)	5.916.394	7.930.426
Actividades financeiras	1.000.645	1.173.153
Outros	-	909.236
	<u>6.917.039</u>	<u>10.012.815</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	1.031.941	-
De um ano a cinco anos	3.009.344	6.116.846
Mais de cinco anos	2.875.754	3.895.969
	<u>6.917.039</u>	<u>10.012.815</u>
	=====	=====

Handwritten signatures and initials:
A 9
2
TH
2013
2012

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida -</u>		
De residentes		
Dívida pública portuguesa	14.461.469	14.376.560
Outros	7.154.450	12.960.285
De não residentes		
Dívida pública	20.748.448	12.995.989
Outros	19.985.845	45.796.002
	-----	-----
	62.350.212	86.128.836
	-----	-----
Juros a receber	1.436.957	1.944.807
	-----	-----
	63.787.169	88.073.643
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 24.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 65.734.968 Euros e 88.257.219 Euros, respectivamente (Nota 43).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até um ano	13.423.848	34.676.129
De um ano a cinco anos	20.323.222	33.541.529
Mais de cinco anos	30.040.099	19.855.985
	-----	-----
	63.787.169	88.073.643
	=====	=====

No exercício de 2008, o Grupo transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 44). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Grupo tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde à valorização de um derivado celebrado com o Espírito Santo International S.A. em Maio de 2012, para fazer face às variações da cotação das acções da Portugal Telecom adquiridas na mesma data. Atendendo a que estavam ser cumpridos os requisitos para contabilidade de cobertura, a valorização dos títulos registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" foi registada em resultados, compensando a valorização deste derivado.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos não correntes detidos para venda:		
· Imóveis	39.970.320	34.572.738
· Imparidade (Nota 24)	(7.986.073)	(4.650.722)
	<u>31.984.247</u>	<u>29.922.016</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 24.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	<u>2013</u>						<u>31 de Dezembro de 2013</u>		
	<u>31 de Dezembro de 2012</u>		Aquisições	Transferências (Nota 13)	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade (Nota 24)	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Valor líquido
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)							
Imóveis	34.572.738	(4.650.722)	9.785.227	(263.312)	(4.387.645)	(3.072.041)	39.970.320	(7.986.073)	31.984.247

	<u>2012</u>						<u>31 de Dezembro de 2012</u>		
	<u>31 de Dezembro de 2011</u>		Aquisições	Transferências (Nota 13)	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade (Nota 24)	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)	Valor líquido
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 24)							
Imóveis	33.351.282	(2.837.627)	6.329.202	-	(5.107.726)	(1.813.095)	34.572.738	(4.650.722)	29.922.016

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

Ano de aquisição	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2005	469.237	(169.237)	300.000	469.237	(184.809)	284.428
2005	344.653	(145.010)	199.643	344.653	(157.653)	187.000
2006	730.041	(43.540)	686.501	730.041	(43.540)	686.501
2007	701.389	(163.924)	537.465	1.039.469	(152.008)	886.461
2008	367.896	(208.590)	159.296	655.953	(117.247)	538.706
2009	3.518.265	(924.988)	2.593.277	3.518.265	(679.988)	2.838.277
2010	4.867.516	(1.383.060)	3.484.456	5.666.565	(855.592)	4.810.973
2011	14.507.025	(3.351.793)	11.155.242	15.933.641	(2.120.551)	13.813.090
2012	5.828.811	(796.079)	5.032.732	6.215.894	(339.334)	5.876.560
2013	8.635.497	(799.862)	7.835.635	-	-	-
	<u>39.970.320</u>	<u>(7.986.073)</u>	<u>31.984.247</u>	<u>34.572.738</u>	<u>(4.650.722)</u>	<u>29.922.016</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Grupo para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Grupo continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 94.968 Euros e 150.404 Euros, respectivamente (Nota 37).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor bruto	6.605.468	6.315.584
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.874.028)	(1.577.387)
	-----	-----
	4.731.440	4.738.197
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui imóveis que foram transferidos da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", que se encontram arrendados pelo Grupo Invest e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco Invest reconheceu uma imparidade de 1.162.891 Euros e 327.464 Euros, respectivamente, resultante da actualização das avaliações para estes activos (Nota 24). Adicionalmente, no exercício de 2011, foi transferido da rubrica "Outros activos tangíveis" o imóvel onde a Motor Park exercia a sua actividade, que no âmbito do trespasse da sua actividade passou a ser arrendado a uma terceira entidade. Em 31 de Dezembro de 2013, este imóvel apresenta um valor líquido de amortizações de 2.322.186 Euros (2.416.285 Euros em 31 de Dezembro de 2012). Em 2014 foram obtidas duas avaliações para este imóvel cujo valor médio ascendia a cerca de 3.548.500 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui ainda o imóvel detido pela US Gestar – Gestão de Imóveis, S.A., localizado na Av. Elias Garcia, em Lisboa cujo valor líquido de balanço totaliza 1.806.844 Euros e 1.851.851 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2005, este imóvel foi adaptado para a exploração imobiliária, tendo sido arrendado por um período de cinco anos a uma empresa do sector do comércio e reparação automóvel até à sua denúncia no final do exercício de 2013. Na sequência da alteração da forma de utilização do imóvel, o Grupo procedeu à reclassificação do respectivo valor contabilístico para a rubrica "Propriedades de investimento". Em Outubro de 2012 foi realizada por uma entidade independente uma avaliação para este imóvel, cujo valor apurado ascendia a 2.282.000 Euros.

As rendas recebidas pela utilização dos imóveis e os custos com as amortizações do exercício são registados nas rubricas "Outros rendimentos de exploração" e "Amortizações do exercício", respectivamente (Nota 38).

No exercício de 2013 e 2012 as amortizações do exercício ascenderam a 45.007 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Descrição	2013					
	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.889.757	(1.327.379)	885	20.992	(324.570)	259.685
Activos intangíveis em curso	5.029	-	26.468	(20.992)	-	10.505
	<u>1.894.786</u>	<u>(1.327.379)</u>	<u>27.353</u>	<u>-</u>	<u>(324.570)</u>	<u>270.190</u>

Descrição	2012					
	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.822.251	(966.214)	43.270	24.236	(361.165)	562.378
Activos intangíveis em curso	6.393	-	22.872	(24.236)	-	5.029
	<u>1.828.644</u>	<u>(966.214)</u>	<u>66.142</u>	<u>-</u>	<u>(361.165)</u>	<u>567.407</u>

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo desta rubrica corresponde à participação detida pela Sociedade na Paris Asia – Sociedade Anónima.

Em 31 de Dezembro de 2013 a Sociedade adquiriu uma participação correspondente a 30% do capital daquela entidade, representada por 43 acções, com o valor nominal de 10 Euros, adquiridas ao preço de 69.767,44 Euros por acção, pelo montante total de 3.000.000 Euros. A aquisição das acções foi efectuada através da emissão de novas acções da Paris Asia, tendo originado um prémio de emissão de 2.999.570 Euros. A associada trata-se de uma sociedade de direito francês, está localizada em Paris, e tem como objecto o desenvolvimento de um espaço de comércio em Paris. Esta sociedade iniciará a actividade comercial em 2014.

Em 31 de Dezembro de 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras da associada podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2013			
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Total de Proveitos
Paris-Asia	21.166.094	2.967.035	(33.965)	13.393.914

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por outras diferenças temporárias	7.653.523	4.890.054
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(1.327.338)	(598.788)
	-----	-----
	<u>6.326.185</u>	<u>4.291.266</u>
	=====	=====
Activos por impostos correntes:		
· Imposto imputado	(272.806)	-
· Imposto a recuperar – IRC - US Gestar	-	18.078
· Imposto a recuperar – IRC – Alves Ribeiro, SGPS	-	4.368
· Pagamentos por conta	1.394.312	-
· Retenções na fonte	66.199	-
· Derrama	(17.894)	-
· Tributação autónoma	(87.882)	-
	-----	-----
	<u>1.081.929</u>	<u>22.446</u>
	-----	-----
Passivos por impostos correntes:		
· Imposto imputado	(68.187)	(1.877.463)
· Imposto imputado – derrama estadual	-	(589.126)
· Outros	-	49.804
	-----	-----
	<u>(68.187)</u>	<u>(2.416.785)</u>
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a receber/(pagar)	<u>1.013.742</u>	<u>(2.394.339)</u>
	=====	=====

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Grupo relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a large checkmark and several initials.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Saldo em 31.12.2013	
	Saldo em 31.12.2012	Variação em Resultados		Variação em Reservas		
		A alteração de taxa	Do exercício	A alteração de taxa		Do exercício
Activos por impostos diferidos						
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	3.784.755	(96.983)	3.134.382	-	6.822.174	
- Provisões para risco país	81	(2)	(79)	-	-	
. Valorização de derivados de negociação	42.448	(1.061)	(29.852)	-	11.535	
. Imparidade para títulos	680.009	(15.682)	294.592	(15.682)	619.614	
. Imparidade activos não correntes detidos para venda	382.761	(9.589)	(278.226)	(9.589)	-	
. Activos disponíveis para venda	(99.415)	2.485	(10.836)	2.485	(87.765)	
. Provisões para investimentos financeiros	(499.373)	-	-	-	(499.373)	
	4.291.266	(120.792)	3.109.981	(22.768)	6.326.185	

	2012			
	Saldo em 31.12.2011	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31.12.2012
	Activos por impostos diferidos			
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	2.175.071	1.703.438	-	3.878.509
- Provisões para risco país	(123.931)	124.012	-	81
. Valorização de derivados de negociação	108.494	(66.046)	-	42.448
. Imparidade de títulos	358.068	256.839	12.373	627.280
. Por prejuízos fiscais	1.171.473	(1.171.473)	-	-
. Imparidade activos não correntes detidos para venda	-	382.761	-	382.761
	3.689.175	1.229.531	12.373	4.931.079
Passivos por impostos diferidos				
. Activos disponíveis para venda	4.349.743	(266.083)	(4.183.075)	(99.415)
	8.038.918	963.448	(4.170.702)	4.831.664

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Impostos correntes</u>		
Do exercício	(436.871)	(2.563.514)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(1.171.473)
Registo e reversão de diferenças temporárias	2.989.188	2.093.896
	-----	-----
	2.989.188	922.423
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	2.552.317	(1.641.091)
	=====	=====
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	22.462.000	4.534.728
	-----	-----
Carga fiscal	11,36%	(36,19%)
	=====	=====

No exercício de 2011 o Banco Invest alterou a política de reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na reserva de justo valor que vinha a adoptar desde 2008. Essa alteração foi ainda reflectida na entrega da declaração Modelo 22 referente ao exercício de 2010 e teve como consequência um aumento do imposto a pagar de 1.148.454 Euros. Este montante foi maioritariamente compensado com o registo de activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias que passaram a ser originados pela referida alteração da política.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo relativas aos anos de 2008 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a large arrow pointing left and the initials "L.A.", "R.", and "D.A.E.".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>22.462.000</u>		<u>4.534.729</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	5.952.430	26,50%	1.201.703
Imparidades não aceites fiscalmente	1,07%	240.723	(3,52%)	(159.675)
Efeito de alteração de taxa de imposto	0,54%	120.792	-	-
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	-	-	0,27%	12.062
Reintegrações	0,02%	4.420	0,11%	4.997
Benefícios fiscais	(0,02%)	(4.399)	(0,08%)	(3.789)
Mais e menos valias	0,01%	3.199	-	-
Tributação autónoma	0,22%	49.341	1,25%	56.890
Derrama estadual	-	-	7,75%	351.504
Contribuição sobre o sector bancário	0,15%	33.671	0,76%	34.361
Efeito do ganho com a aquisição das "Variable Funding Notes" no âmbito da operação Invest Finance 1	(40,42%)	(9.078.253)	-	-
Outros	0,56%	125.759	3,15%	143.038
	<u>(11,36%)</u>	<u>(2.552.317)</u>	<u>36,19%</u>	<u>1.641.091</u>

Handwritten signatures and initials, including a large '19' and other illegible marks.

18. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.012.047	680.275
Clientes	47.214	96.430
Outros devedores diversos	24.946	86.296
	-----	-----
	1.084.207	863.001
	-----	-----
<u>Sector Público Administrativo</u>		
Devedores diversos	-	21.085
	-----	-----
<u>Outros Activos</u>		
Ouro e outros metais preciosos	549.116	126.434
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	342.938	445.102
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Operação de securitização – Conduit	12.355	86.692
Rendas	56.086	56.086
Outras	133.372	125.600
	-----	-----
	201.813	268.378
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações de bolsa a liquidar	2.965.624	3.117.371
Operações fora de bolsa a liquidar	77.632	2.189.042
Outras	651.040	751.664
	-----	-----
	3.694.296	6.058.077
	-----	-----
	5.872.370	7.782.077
	=====	=====
<u>Imparidade (Nota 24)</u>		
Clientes	(47.214)	(47.808)
	-----	-----
	5.825.156	7.734.269
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the letters "AH" and "P" with arrows pointing to specific areas of the page.

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos do Banco de Portugal	220.000.000	227.500.000
Juros a pagar	1.630.278	942.066
	-----	-----
	<u>221.630.278</u>	<u>228.442.066</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	110.000.000	117.500.000
De um ano a cinco anos	110.000.000	110.000.000
	-----	-----
	<u>220.000.000</u>	<u>227.500.000</u>
	=====	=====

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 41).

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Swaps		
· De taxa de juro	17.375	32.342
· Sobre eventos de crédito	-	690
Opções	368.478	23.945
	-----	-----
	<u>385.853</u>	<u>56.977</u>
	=====	=====

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large checkmark and several illegible signatures.

21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos a prazo e outros recursos:		
· Instituições de crédito no país	5.387.085	7.255.194
· Instituições de crédito no estrangeiro	2.163	-
	-----	-----
	5.389.248	7.255.194
	-----	-----
Encargos a pagar:		
· Juros de recursos de instituições de crédito no país	-	20
	-----	-----
	5.389.248	7.255.214
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os "Recursos de outras instituições de crédito" têm vencimento no primeiro trimestre de 2014 e 2013, respectivamente.

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
À vista:		
· Depósitos à ordem	30.393.093	22.283.078
	-----	-----
A prazo:		
· Depósitos a prazo	192.464.691	155.832.507
· Depósitos estruturados	7.868.508	1.522.038
	-----	-----
	200.333.199	157.354.545
	-----	-----
	230.726.292	179.637.623
	-----	-----
Encargos a pagar:		
· Juros de recursos de clientes	3.108.024	3.148.702
	-----	-----
	233.834.316	182.786.325
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	58.048.690	40.312.107
De três meses a um ano	135.462.809	113.494.504
De um a cinco anos	6.821.700	3.537.934
A mais de cinco anos	-	10.000
	-----	-----
	200.333.199	157.354.545
	=====	=====

23. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Títulos de dívida de clientes	2.843.117	3.129.435
	-----	-----
	2.843.117	3.129.435
	-----	-----
"Floating rate notes" emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
Classe A	-	2.593.762
Classe B	29.068.820	35.500.000
	-----	-----
	29.068.820	38.093.762
	-----	-----
"Variable funding loan notes" emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	-	93.812.361
	-----	-----
Juros a pagar	43.484	59.491
	-----	-----
	31.955.421	135.095.049
	=====	=====

Em Novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, a qual posteriormente concretizou a operação de aquisição da totalidade das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)24. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Grupo durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Dotações/ (Reversões) líquidas	Utilizações	Transferências	
Provisões	755.497	100.000	-	(9.244)	846.253
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):					
- Crédito concedido	13.779.773	15.467.657	(149.077)	-	29.098.353
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.441.582	(368.574)	(500.000)	(10.131)	3.564.877
Imparidade de outros activos:					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	4.650.722	3.072.045	-	283.306	7.986.073
- Propriedades de investimento (Nota 13)	1.577.387	514.934	-	(218.293)	1.874.028
- Clientes (Nota 17)	47.808	-	-	(594)	47.214
	25.252.769	18.788.062	(649.077)	25.044	43.416.798

	2012				Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	
Provisões	784.741	-	-	(9.244)	755.497
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	8.294.758	5.447.685	37.330	-	13.779.773
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	5.668.861	(869.231)	(358.048)	-	4.441.582
Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	3.263.288	-	(3.263.288)	-	-
Imparidade de outros activos:					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	2.837.627	1.813.095	-	-	4.650.722
- Clientes (Nota 17)	164.378	-	(116.588)	-	47.808
	20.993.651	6.391.549	(3.709.818)		23.675.382

No decorrer do exercício de 2013 foi realizada a transferência de imparidade da rubrica "Propriedades de Investimento" para "Activos não correntes detidos para venda" no montante de 263.306 Euros, associada aos imóveis do Fundo Tejo que deixaram de estar arrendados neste período.

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

25. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	641.606	316.543
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	508.941	407.860
· Contribuições para a Segurança Social	86.185	93.723
· IVA a pagar	130.808	213.943
Cobranças por conta de terceiros	13.115	8.694
Credores diversos		
· Outros credores	1.624.814	921.351
	<u>3.005.469</u>	<u>1.962.114</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
Por gastos gerais administrativos	38.879	20.693
Outros	9.314	8.071
	<u>655.944</u>	<u>627.165</u>
<u>Receitas com proveito diferido</u>		
Outras	87.076	84.657
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações de bolsa a liquidar	3.066.994	2.188.266
Operações fora de bolsa a liquidar	831.379	802.987
Outras operações a regularizar	69.978	545.029
	<u>3.968.351</u>	<u>3.536.282</u>
	<u>7.716.840</u>	<u>6.210.218</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and several smaller initials.

26. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital da Sociedade estava representado por 7.200.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, estando totalmente subscrito e realizado. A estrutura accionista da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 tem a seguinte composição:

<u>Entidade</u>	<u>Nº acções</u>	<u>Montante</u>	<u>%</u>
SOTIF, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
VALRI, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
MS - Participações, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
LERIMO, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%
	<u>7.200.000</u>	<u>36.000.000</u>	<u>100%</u>
	=====	=====	=====

Em Novembro de 2012, a Sociedade efectuou um aumento de capital no valor de 6.000.000 Euros, realizados em numerário.

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	3.966.307	219.369
Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	(1.027.371)	(65.140)
	<u>2.938.936</u>	<u>154.229</u>
Outras reservas	10.234.558	10.234.558
Resultados transitados	13.160.351	10.309.742
	<u>23.394.910</u>	<u>20.544.300</u>
Resultado do exercício	24.798.278	2.874.949
	<u>51.132.124</u>	<u>23.573.477</u>
	=====	=====

Reservas de reavaliaçãoReservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as reservas de justo valor incluem cerca de 26.000 Euros e 173.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de "Activos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Investimentos detidos até à maturidade" e de Empréstimos e contas a receber (Nota 44). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras reservas" inclui a reserva legal da Sociedade, no montante de 450.000 Euros.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o resultado consolidado do Grupo foi apurado da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultados individuais:		
Alves Ribeiro SGPS	(103.060)	(247.365)
Banco Invest	(4.955.394)	146.500
Invest Gestão de Activos	103.313	86.171
AR Finance 1, plc	(473.438)	(1.896.131)
AR Finance 1, FTC	(247.432)	(2.053.549)
Invest Finance FTC	(502.276)	(3.035.039)
Invest Finance BV	17.200	17.200
Fundo Tejo	3.986	224.775
Motor Park	(4.896)	(6.982)
US Gestar	54.489	33.027
Saldanha Holdings	1.130	-
Saldanha Finance	162.219	-
	-----	-----
	(5.944.158)	(6.731.393)
	-----	-----
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	(5.450.230)	2.337.738
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	247.432	2.053.549
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	108.802	3.035.039
Provisão para activos financeiros AR Finance PLC	1.148.231	793.607
Registo de writte-off no AR Finance FTC	-	771.800
Rendimentos de juros recebidos	1.217.073	699.440
Outros ajustamentos:		
Anulação da provisão para a Motorpark	38.975	100.442
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Reforço de imparidade do Fundo Tejo e interesses minoritários	(863.676)	(224.775)
Recompra VFN - Invest Finance 1 (Nota 38)	34.419.779	-
Outros	(799)	(34.697)
	-----	-----
	25.014.317	2.893.637
	-----	-----
Interesses minoritários	(216.039)	(18.689)
	-----	-----
Resultado consolidado	24.798.278	2.874.948
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento ocorrido na rubrica "Interesses minoritários" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Saldos em 31.12.2013
	Saldos em 31.12.2012	Outras variações	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.058.613	(32.303)	762	-	1.025.072
Banco Invest, S.A.	562.146	(1)	215.277	24.339	801.761
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	-	18.000
	<u>1.638.759</u>	<u>(32.304)</u>	<u>216.039</u>	<u>24.339</u>	<u>1.844.833</u>

	2012				Saldos em 31.12.2012
	Saldos em 31.12.2011	Outras variações	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.064.045	293	(7.725)	-	1.056.613
Banco Invest, S.A.	434.773	-	26.414	100.959	562.146
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	-	18.000
	<u>1.516.818</u>	<u>293</u>	<u>18.689</u>	<u>100.959</u>	<u>1.636.759</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de disponibilidades	13.938	20.350
Juros de aplicações em instituições de crédito	81.222	2.343
Juros de crédito a clientes:		
· Crédito interno	2.605.782	3.409.849
· Crédito ao exterior	175.079	13.838
· Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	438.947	661.564
· Activos titularizados	4.134.283	6.246.859
Juros de crédito vencido	1.260.421	624.901
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
· Títulos	1.955.290	1.852.435
· Instrumentos derivados	828.465	1.479.033
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
· Títulos	6.515.819	4.424.136
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2.958.258	4.266.995
Juros de devedores e outras aplicações	-	1.954
Outros Juros e rendimentos similares	12.516	8.214
	<u>20.980.020</u>	<u>23.012.471</u>
	=====	=====

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais	1.286.728	1.563.590
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	15.589	536.575
. no estrangeiro	11.076	14.403
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	7.092.630	6.325.132
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.838.359	1.690.768
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	-	(232.088)
Outros juros e encargos similares	114.698	(33.212)
	-----	-----
	10.359.080	9.865.168
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em "Activos financeiros disponíveis para venda".

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por garantias prestadas	46.563	43.872
Por serviços prestados:		
. Depósito e guarda de valores	837.158	691.939
. Gestão de fundos mobiliários	120.102	110.544
. Cobrança de valores	85.114	74.671
. Montagem de operações	8.704	38.773
. Operações de crédito	28.468	35.899
. Administração de valores	81.291	15.996
. Transferência de valores	13.868	11.980
. Outros serviços prestados	158.432	240.155
Por operações realizadas por conta de terceiros:		
. Comissões de corretagem	694.879	520.608
. Outras	23.546	16.029
	-----	-----
	2.098.125	1.800.466
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por operações de crédito	93.022	78.394
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Euroclear	131.114	85.647
· Comissões bancárias	12.641	22.329
· Banco de Portugal	19.358	22.863
· Encargos com futuros por conta de clientes	10.626	4.947
· Outros	33.049	63.157
Por operações realizadas por terceiros	125.230	144.935
Comissões de angariação de negócio	20.712	47.376
Outras comissões pagas	20.232	27.253
	-----	-----
	465.984	496.901
	=====	=====

34. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
· Obrigações	164.171	1.702.015
· Acções	86.022	15.606
Emitidos por não residentes		
· Obrigações	1.850.461	5.178.557
· Acções	399.040	471
· Outros instrumentos de capital	(5.298)	25.396
	-----	-----
	2.494.396	6.922.045
	-----	-----
Instrumentos financeiros derivados		
· Swaps		
· Divisas	(1.523)	(24.544)
· Swaps de taxa de juro	(223.025)	(714.758)
· Crédito	(44.837)	540.202
· Outros	(20.000)	395.247
· Futuros		
· Sobre cotações	307.282	215.277
· Sobre taxas de juro	24.064	(283.400)
· Divisas	(160.630)	(114.552)
· Outros	(1.245)	-
· Opções		
· Sobre cotações	(383.656)	63.434
· Sobre taxa de juro	-	(57.500)
	-----	-----
	(503.570)	19.406
	-----	-----
	1.990.826	6.941.451
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	52.191	(160.841)
. Outras obrigações	94.827	65.706
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	1.612.492	(1.013.021)
. Outras obrigações	1.059.169	212.603
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
. Acções	5.305	(38.911)
. Outros	(5)	-
De não residentes		
. Acções	-	6.846
	-----	-----
	<u>2.823.979</u>	<u>(927.618)</u>
	=====	=====

36. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Grupo.

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ouro e metais preciosos	(518.946)	94.651
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	(94.968)	(150.404)
Rendas de imóveis arrendados	136.543	18.110
Outros	25.808	-
	-----	-----
	<u>(451.563)</u>	<u>(37.643)</u>
	=====	=====

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Ganho com aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1	34.419.779	-
. Proveitos suplementares	-	23.242
. Rendimentos de propriedades de investimento	144.000	150.000
. Reembolso de despesas	150.168	84.509
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.843	3.460
. Outros	2.601	410.960
	-----	-----
	34.720.391	672.171
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Contribuição especial sobre o sector bancário	137.432	129.665
. Impostos directos	79.194	133.612
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Contribuição para o Fundo de Resolução	57.460	-
. Quotizações e donativos	39.704	32.196
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	36.822	24.666
. Outros encargos e gastos operacionais	30.890	28.983
	-----	-----
	381.502	349.122
	-----	-----
	34.338.886	323.049
	=====	=====

No decorrer do exercício de 2013, o Grupo concretizou a operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, ao abrigo da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da sociedade Saldanha Finance detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited que, por sua vez, é detida em 100% pelo Banco Invest (Nota 3). O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 Euros, montante correspondente a 61% do valor nominal das VFN que ascendia a 88.460.993 Euros à data de aquisição. Neste âmbito, o Grupo registou um ganho de 34.419.779 Euros respeitante ao diferencial entre o valor nominal e o valor pago pelas VFN referidas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco Invest passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco Invest iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de Fevereiro e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

39. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e vencimentos		
· Órgãos de Gestão e Fiscalização	720.543	603.089
· Empregados	3.203.470	3.403.248
	<u>3.924.013</u>	<u>4.006.337</u>
Encargos sociais obrigatórios		
· Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	785.582	775.143
· Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	17.849	24.685
	<u>803.431</u>	<u>799.828</u>
Outros custos com pessoal:		
· Outros	154.789	90.385
	<u>4.882.233</u>	<u>4.896.550</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Administradores	7	6
Directores e chefias	15	16
Quadros técnicos	96	96
Administrativos	5	5
	<u>123</u>	<u>123</u>
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Com fornecimentos	229.189	265.043
Com serviços		
· Conservação e reparação	723.005	281.332
· Rendas e alugueres	626.355	641.697
· Comunicações	463.905	520.884
· Publicidade e edição de publicações	291.804	275.344
· Deslocações, estadas e representação	116.655	127.709
· Seguros	76.537	70.020
· Formação de pessoal	536	3.442
· Serviços especializados:		
Informática	336.255	344.438
Avenças e honorários	216.122	151.788
Informações	57.713	62.910
Limpeza	49.078	45.482
Judiciais, contencioso e notariado	35.453	27.552
Segurança e vigilância	7.430	6.543
Bancos de dados	5.326	4.807
Outros serviços especializados	400.945	319.737
· Outros serviços de terceiros	588.547	680.800
	<u>4.224.855</u>	<u>3.829.529</u>
	=====	=====

41. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

Garantias prestadas e outros passivos eventuais:

Garantias e avales prestados	3.539.613	3.234.378
Activos dados em garantia	273.260.000	266.797.466
	<u>276.799.613</u>	<u>270.031.844</u>
	=====	=====

Compromissos perante terceiros:

Responsabilidades por prestação de serviços

· Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	3.285.425	4.731.726
Crédito hipotecário	40.946.415	51.159.190
Leasing imobiliário	61.337.133	72.199.671
· Outros valores		
Gestão de carteiras	2.186.949	1.220.484
Clientes - Acções	123.137.220	96.099.870
Clientes - Obrigações diversas	83.393.786	52.437.467
Clientes - Outros	315.565	331.589
Fundos - Alves Ribeiro	28.622.971	24.185.461
	<u>343.225.464</u>	<u>302.365.458</u>
	<u>620.025.077</u>	<u>572.397.302</u>
	=====	=====

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 19).

42. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco Invest.

Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Fundo Inspirar	5.233.000	3.426.367
Crédito a clientes		
Monvest, SGPS, S.A.	585.452	585.452
Alves Ribeiro, S.A.	3.100.000	10.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	4.900.000	2.900.000
Recursos de clientes		
Mundicenter, SGPS, S.A.	8.965.044	8.356.523
Fundo Inspirar	635.298	35.388
Alves Ribeiro, S.A.	84.604	50.502
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	6.051	7.145
Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	1.287	1.136

Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2013 e 2012, os principais saldos da demonstração dos resultados consolidados com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros e rendimentos similares		
Monvest - SGPS, SA	14.393	19.947
Alves Ribeiro, S.A.	89.083	99.028
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	199.145	168.892
Juros e encargos similares		
Fundo Inspirar	-	706
Gastos gerais administrativos		
Alrisa	270.309	295.813

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2013 o montante de empréstimos concedidos pelo Banco Invest a membros do seu Conselho de Administração é de 546.709 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2013, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração do Banco foi de 747.682 Euros.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2013		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<u>Activos</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.619.000	-	5.619.000
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	8.757.643	-	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	49.884.097	-	49.884.097
- Instrumentos financeiros derivados	1.740.750	-	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	229.811.998	(3.564.877)	226.247.121
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	188.036.873	(27.383.233)	160.653.640
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	9.460.955	(1.715.120)	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	63.787.169
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	1.084.207	-	1.084.207
	558.182.692	(32.663.230)	525.519.462
<u>Extrapatrimoniais</u>			
Garantias prestadas	3.539.613	-	3.539.613
	561.722.305	(32.663.230)	529.059.075

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido ¹
Activos			
Disponibilidades em Bancos Centrais	4.519.774	-	4.519.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	70.820.814	-	70.820.814
- Instrumentos financeiros derivados	1.572.610	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	198.236.852	(4.441.582)	193.795.270
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	199.734.870	(12.728.635)	187.006.235
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	10.012.815	(1.051.138)	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	88.073.643
Derivados de cobertura	7.046	-	7.046
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	766.173	-	766.173
	<u>585.043.933</u>	<u>(18.221.355)</u>	<u>566.822.578</u>
Extrapatrimoniais			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	15.000.000	-	15.000.000
Garantias prestadas	3.234.378	-	3.234.378
	<u>603.278.311</u>	<u>(18.221.355)</u>	<u>585.056.956</u>

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Como resulta das Notas anteriores, o Banco opera em termos de crédito, com colaterais que têm referencial em termos de mercado, como é o caso do mercado imobiliário não habitacional e o sector das farmácias, sujeitos a alguma imprecisão determinada pela falta de dinâmica dos seus mercados secundários, ainda que, no caso dos imóveis, numa situação actual de liquidez mais reduzida.

Desta forma, e ainda que a concretização de novas operações de crédito se revele moderada, os critérios de análise e deliberação pautam-se por princípios de aferição do seu risco potencial, claramente mais conservadores, em linha com o mercado.

Com efeito, os processos de análise de risco e concessão de crédito baseiam-se em princípios universais de prudência, fiabilidade da informação utilizada, alternância e complementaridade das fontes de informação, processo de deliberação vertical com intervenção universal da Administração, tentativa de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Devedores e, complementarmente, da consistência e valia, em termos de mercado, dos colaterais.

As deliberações das novas operações de crédito orientam-se, por seu turno, por preocupações de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Clientes, acautelando, na medida do possível, a consistência e a valia, em termos de mercado, dos colaterais.

Os prazos de reembolso autorizados para novas operações de crédito, bem como as margens financeiras aplicáveis, reflectem a evolução sofrida pelas condições de financiamento da actividade.

Sempre que necessária, a implementação de medidas de reestruturação de operações de crédito em curso, determinadas por dificuldades financeiras dos Devedores, ou do mero ajustamento preventivo às condições do mercado em que operam, tem sido orientada na procura de soluções de natureza extra-judicial, adequando o conhecimento objectivo do quadro económico em que os Devedores operam, com a preservação de um perfil de risco que permita o cumprimento das obrigações de crédito, em condições aceitáveis e sem negligenciar a integridade e consistência das garantias associadas.

M J A
DAR R

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Ainda que não se vislumbre, no horizonte imediato, sinais consistentes que permitam antecipar que o quadro macroeconómico interno e externo, no futuro imediato, será impulsionador da retoma da actividade económica, há, ainda assim, a percepção de que o nível de incumprimento na carteira de crédito do Banco, estará a desacelerar, podendo estabilizar no curto prazo (salvo alteração das circunstâncias envolventes).

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito,

1. seja numa perspectiva de prevenção, mediante
 - a atribuição de uma notação de risco a todos os Devedores, sujeitando-a a revisão dinâmica com frequência semestral;
 - a monitorização permanente dos vários sinais de risco implícitos à relação dos Devedores com o universo bancário em que intervêm;
 - o acompanhamento quotidiano de eventuais sinais de degradação da sua envolvente empresarial e financeira;
 - a revisão regular do perfil de risco (por análise dos indicadores económico-financeiros, bancários e empresariais) do universo de Devedores com maior exposição individual e sectorial;
 - a identificação precoce de situações que justifiquem a reformulação das condições de reembolso dos créditos, de forma a acomodá-las, quando possível e devidamente justificado, à situação económica e financeira do Devedor;
2. seja, na intervenção oportuna em todas as situações de incumprimento ou não cumprimento completo e atempado, através
 - de meios adequados de monitorização do incumprimento ou cumprimento irregular;
 - de uma interpelação imediata e frequente a todos os Devedores em situação não regular;
 - do diagnóstico objectivo dos fundamentos do incumprimento e dos eventuais meios para o superar;
 - do registo e acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e sua eficácia;
 - da intervenção colegial da Área de Recuperação de Crédito e da Administração, na decisão sobre a tomada de medidas extra-judiciais ou judiciais que visem a efectiva recuperação dos créditos em risco;
 - do controlo e salvaguarda da integridade dos colaterais do crédito.
3. seja, na definição de princípios rigorosos e transparentes, para a correcta avaliação das imparidades potenciais da carteira de crédito.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de crédito do Banco Invest de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:

Tipo de contrato	2013				
	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Leasing Imobiliário	61.824.945	3.858.709	3.195.938	13.462.748	82.342.340
Crédito Imobiliário	33.932.213	1.590.529	2.161.143	26.669.479	64.353.364
Contas Correntes	11.284.529	-	-	2.854.798	14.139.327
Crédito Mútuo	10.277.832	195.437	1.361.252	4.339.285	16.173.806
Outros Créditos	1.227.032	1.319.468	1.990.055	1.871.842	6.408.397
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	-	-	3.456.975
Leasing Mobiliário	594.923	-	-	7.917	602.840
	<u>122.598.449</u>	<u>6.964.143</u>	<u>8.708.388</u>	<u>49.206.069</u>	<u>187.477.049</u>

Tipo de contrato	2012				
	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Leasing Imobiliário	65.975.609	3.816.432	6.218.843	14.278.027	90.288.911
Crédito Imobiliário	32.304.519	9.075.576	3.205.358	25.371.101	69.956.554
Contas Correntes	6.996.691	202.722	-	2.997.224	10.196.637
Crédito Mútuo	10.393.355	1.209.976	72.399	6.458.529	18.134.259
Outros Créditos	883.198	1.515.664	1.459.159	4.323.519	8.181.540
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.991	-	-	-	1.927.991
Leasing Mobiliário	331.090	-	-	7.917	339.007
	<u>118.812.453</u>	<u>15.820.370</u>	<u>10.955.759</u>	<u>53.436.317</u>	<u>199.024.899</u>

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco Invest relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco Invest obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespassse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco Invest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco Invest mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco Invest procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco Invest, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2013										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	Total
Activos											
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.500.896	13.144.881	21.828.040	1.419.193	181.185	-	-	-	10.830.102	49.884.097
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.888.724	75.009.488	79.984.908	58.750.890	3.026.264	1.810.866	-	-	2.985.201	226.247.121
Investimentos detidos até à maturidade	2.598.049	-	12.484.597	31.905.663	18.820.880	-	-	-	-	-	63.787.189
Outros créditos e valores titulados	-	2.453.239	1.000.845	286.412	422.516	-	811.015	-	314.310	2.487.898	7.746.835
	2.598.049	9.843.869	101.648.361	133.985.023	77.413.456	3.187.449	2.421.881	-	314.310	16.283.001	347.664.222

	2012										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	Total
Activos											
Activos financeiros detidos para negociação	-	462.139	17.743.864	17.703.572	3.634.704	3.588.097	904.926	-	-	28.805.712	70.820.814
Activos financeiros disponíveis para venda	539.349	3.118.986	80.957.292	89.786.843	32.711.579	3.853.150	1.690.410	-	1.292.585	5.379.226	199.329.200
Investimentos detidos até à maturidade	5.114.849	-	38.372.809	28.819.801	17.796.584	-	-	-	-	-	88.073.843
Outros créditos e valores titulados	-	2.549.380	1.072.002	1,299.598	437.353	1.660.825	1.203.332	-	718.856	-	8.911.346
	5.653.998	6.130.505	138.145.567	117.578.814	54.550.220	9.080.072	3.798.668	-	2.011.421	32.184.938	307.135.003

N.R. – Not Rated

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco Invest, pode ser demonstrada como segue:

	2013				2012			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	34.883.058	92.122.307	6.005.016	133.010.381	28.460.906	81.444.425	3.658.445	113.563.776
Portugal	10.365.017	33.644.493	23.777.988	67.787.478	22.653.599	33.692.483	25.305.371	81.651.453
Holanda	2.500.896	-	34.132.970	36.633.866	10.637.821	-	18.002.116	28.639.937
Itália	14.645.441	12.919.022	5.150.848	32.715.311	6.987.515	12.521.723	5.480.955	24.970.193
Irlanda	8.153.094	10.587.373	11.431.323	30.171.790	13.610.730	10.321.548	7.281.582	31.213.870
E.U.A.	21.082.603	-	-	21.082.603	30.837.912	-	-	30.837.912
França	5.901.141	990.586	1.185.370	8.077.097	17.349.079	539.349	1.526.887	19.415.315
Grã-Bretanha	6.359.253	-	1.150.596	7.509.849	16.403.950	-	3.622.619	20.026.569
Alemanha	3.077.051	-	-	3.077.051	2.992.294	-	909.236	3.901.530
Dinamarca	1.498.995	-	-	1.498.995	3.695.751	-	-	3.695.751
Outros	3.647.861	-	2.452.140	6.099.801	5.147.945	1.041.694	3.029.059	9.218.698
	112.114.210	150.263.781	85.286.231	347.664.222	158.777.502	139.561.222	68.796.280	367.135.003

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital e os instrumentos financeiros derivados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013							Total ↓
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.757.643	-	-	-	-	-	-	6.757.643
Activos financeiros detidos para negociação	-	10.752.480	1.045.274	24.828.450	14.943.289	3.295.894	-	54.865.387
Activos financeiros disponíveis para venda	-	79.000	77.307.417	70.192.837	78.471.598	10.135.903	-	238.186.555
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	14.559.225	4.771.441	10.548.648	118.964.999	35.175.763	559.824	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	211.369	4.658.711	2.875.755	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	-	1.084.207
	18.386.200	37.885.282	84.264.782	130.551.698	245.333.840	49.653.667	559.824	586.635.231
Passivo								
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	-	113.890	264.412	3.801	3.950	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.393.093	58.048.690	135.462.809	8.821.700	-	-	3.108.024	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.757.035	845.227	7.507.154	21.802.621	-	43.484	31.955.421
	35.782.341	169.919.615	136.572.448	124.332.455	21.806.471	-	4.781.786	493.195.116
Gap de liquidez	(17.396.141)	(132.034.333)	(52.307.666)	6.219.211	223.527.369	49.653.667	(4.221.962)	73.440.115

	2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.748	-	-	-	-	-	-	4.834.748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	-	-	-	-	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação	-	25.547.324	9.613.308	22.424.027	14.808.785	774.783	-	73.168.208
Activos financeiros disponíveis para venda	-	12.385.033	91.367.354	83.374.039	27.438.525	6.182.457	-	200.747.407
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.829.174	8.857.829	6.302.031	18.207.817	131.280.133	34.141.074	708.641	199.024.899
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	5,065.708	3,895,969	-	-	8,961,677
Investimentos detidos até à maturidade	-	16,318,726	18,367,403	33,541,529	19,855,985	-	-	88,073,643
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38,100	728,073	-	766,173
	17,663,256	83,108,912	125,840,096	140,613,119	197,317,477	41,826,387	708,641	586,676,086
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	117,500,000	-	110,000,000	-	-	942,066	228,442,066
Passivos financeiros detidos para negociação	-	690	24,252	32,035	-	-	-	56,977
Recursos de outras instituições de crédito	4,255,131	3,000,063	-	-	-	-	20	7,255,214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22,283,078	40,312,107	113,494,504	3,537,934	10,000	-	3,148,701	182,786,325
Responsabilidades representadas por títulos	-	4,821,081	1,702,316	11,082,204	117,829,801	-	59,647	135,095,049
	28,538,209	165,433,941	115,221,072	124,652,173	117,839,801	-	4,150,434	553,635,631
Gap de liquidez	(8,874,953)	(102,325,029)	(10,419,024)	15,960,946	79,677,676	41,826,387	(3,443,593)	33,240,457

⁽¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco Invest tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2013 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco Invest, apresentando um incremento de 23% relativamente ao final de 2012.

A captação de depósitos durante o ano de 2013 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu "normalizar" o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco Invest.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco Invest. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco Invest em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco Invest de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco Invest complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos, com condições de *pricing* estáveis durante a vigência do contrato.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco Invest, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2013				Total
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	Outros	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.633.209	1.580.376	277.761	286.297	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação	53.545.735	1.239.870	79.962	-	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	231.722.951	390.782	4.072.822	-	238.186.555
Crédito a clientes	197.434.090	63.738	-	-	197.497.828
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	323.479	758.814	-	1.914	1.084.207
	<u>559.618.215</u>	<u>4.013.380</u>	<u>4.430.545</u>	<u>288.211</u>	<u>568.350.351</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	221.630.278	-	-	-	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	384.150	1.703	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.057.592	331.656	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	227.236.839	6.242.645	182.871	172.161	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	-	-	31.955.421
	<u>486.264.080</u>	<u>6.576.004</u>	<u>182.871</u>	<u>172.161</u>	<u>493.195.116</u>
Exposição líquida (Posição Cambial)	<u>73.354.135</u>	<u>(2.562.624)</u>	<u>4.247.674</u>	<u>116.050</u>	<u>75.155.235</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012				
	Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.609.088	2.333.356	174.514	182.378	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação	73.097.871	70.335	-	-	73.168.206
Activos financeiros disponíveis para venda	200.277.724	215.031	254.652	-	200.747.407
Crédito a clientes	209.713.901	33.730	54	-	209.747.685
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	-	-	88.073.643
Devedores e outras aplicações	359.153	407.020	-	-	766.173
	584.966.126	3.059.472	429.220	182.378	588.637.196
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	228.442.066	-	-	-	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação	56.977	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	6.960.071	295.143	-	-	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	178.047.678	4.726.144	12.503	222.305	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	135.095.049	-	-	-	135.095.049
	548.601.841	5.021.287	12.503	222.305	553.635.631
Exposição líquida (Posição Cambial)	36.364.285	(1.961.815)	416.717	(39.927)	35.001.565

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco Invest se encontra exposto originaria um impacto negativo nos resultados do Banco Invest no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 de cerca de 18.358 Euros e um impacto negativo nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 de cerca de 79.000 Euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do mismatch de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2013			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	552.582	-	5.619.000	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.655.306	-	7.102.337	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	3.240.519	34.575.715	15.308.383	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.214.903	218.436.114	7.535.538	236.186.555
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	188.036.873	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.555.092	5.190.743	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	51.292.572	12.494.597	63.787.169
Devedores e Outras Aplicações	-	-	1.084.207	1.084.207
	<u>15.663.310</u>	<u>306.859.493</u>	<u>244.112.428</u>	<u>566.635.231</u>
Passivo				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	221.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	385.853	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.821.700	227.012.616	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	31.955.421	31.955.421
	-	<u>6.821.700</u>	<u>486.373.416</u>	<u>493.195.116</u>
	<u>15.663.310</u>	<u>300.037.793</u>	<u>(242.260.988)</u>	<u>73.440.115</u>
Extrapatrimoniais				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	56.257.019	56.257.019
- Opções	-	-	10.778.336	10.778.336
- Futuros	-	-	15.616.449	15.616.449
	-	-	<u>82.651.804</u>	<u>82.651.804</u>

[Handwritten signatures and initials]

BAR 22

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	314.972	-	4.519.774	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	833.424	-	10.465.912	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	774.782	64.384.880	6.435.934	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	50.537	1.522.073	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.182.457	179.373.296	15.191.654	200.747.407
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	199.734.870	199.734.870
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	892.462	8.069.215	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	65.727.926	22.345.717	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	766.173	766.173
	<u>8.105.635</u>	<u>310.428.101</u>	<u>269.051.322</u>	<u>587.586.058</u>
Passivo				
Recursos de bancos Centrais	-	-	228.442.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação:				
- Instrumentos financeiros derivados	-	690	56.287	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.315.028	179.471.297	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	135.095.049	135.095.049
	-	<u>3.315.718</u>	<u>550.319.913</u>	<u>553.635.631</u>
	<u>8.105.635</u>	<u>307.113.383</u>	<u>(281.268.591)</u>	<u>33.950.427</u>
Extrapatrimoniais				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	206.236.922	206.236.922
- Opções	-	-	4.651.473	4.651.473
- Futuros	-	-	24.803.640	24.803.640
	-	-	<u>235.692.035</u>	<u>235.692.035</u>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2013						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.757.643	-	-	-	-	-	8.757.643
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	3.240.519	14.674.936	1.529.479	19.124.425	14.555.256	-	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	623.808	416.519	700.823	-	-	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	7.292.084	77.307.417	64.509.725	76.941.426	-	236.186.555
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	133.645.630	15.198.881	-	-	35.735.587	188.036.873
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	4.190.097	1.011.821	2.543.917	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	1.084.207
	31.762.622	172.920.952	96.393.168	107.201.912	121.574.883	36.781.694	586.635.231
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	382.832	3.221	-	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.393.093	63.993.795	129.517.704	6.821.700	-	3.108.024	233.834.316
Responsabilidades representadas por títulos	-	29.137.891	2.145.045	629.000	-	43.485	31.955.421
	35.782.341	203.514.318	131.665.970	117.450.700	-	4.781.787	493.195.116
	(4.019.719)	(30.593.366)	(35.272.802)	(10.248.788)	121.574.883	31.999.907	73.440.115

	2012						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	-	-	-	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	774.782	29.303.178	5.969.976	20.934.028	14.613.632	-	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.540.775	31.835	-	-	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.182.457	19.072.998	95.487.309	55.882.746	24.121.897	-	200.747.407
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	148.344.172	16.611.883	-	-	34.851.044	199.734.870
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	6.759.001	1.909.920	292.756	-	-	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	31.672.824	15.371.336	21.173.497	19.855.986	-	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	38.100	726.073	766.173
	25.019.312	234.692.948	135.382.039	98.283.027	58.629.615	35.579.117	587.586.058
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	52.413	4.564	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.283.078	40.312.107	113.494.504	3.547.934	-	3.148.702	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	-	123.985.851	10.799.707	250.000	-	59.491	135.095.049
	26.538.209	284.850.434	124.298.775	113.787.934	-	4.150.279	553.635.631
	(1.518.897)	(50.157.486)	11.083.264	(15.514.907)	58.629.615	31.428.838	33.950.427

⁽¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco Invest considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

[Handwritten signatures and initials]

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco Invest tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito": Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- "Aplicações e recursos de outras instituições de crédito" e "Recursos de Bancos Centrais": O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os "cash-flows", utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- "Crédito a clientes". O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos spreads em vigor na carteira, o Banco Invest considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos spreads atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os spreads actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco Invest calculou o justo valor da carteira considerando um spread adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de "Crédito a clientes" implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.194.491 Euros (7.992.473 Euros em 31 de Dezembro de 2012).

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica "Crédito a clientes" encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" (ver abaixo).

- "Recursos de clientes e outros empréstimos": Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" e "Activos disponíveis para venda": Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do Índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo pode ser resumida como se segue:

2013						
Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico	
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:				
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	10.459.054	3.097.005	39.425.042	143.516	53.124.617	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	1.740.750	1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.608.754	229.098.410	5.479.391	236.186.555	236.186.555
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	85.734.968	-	85.734.968	85.734.968
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	-	7.591.479	7.591.479	7.745.835
	10.459.054	4.705.759	334.258.420	14.955.136	364.378.369	362.584.926
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	385.853	385.853	385.853
2012						
Activos valorizados ao custo de	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico	
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:				
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	25.305.371	616.477	45.679.748	-	71.595.596	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.572.610	-	-	1.572.610	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.131.410	198.916.391	699.606	200.747.407	200.747.407
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	88.257.219	-	88.257.219	88.073.643
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	2.480.011	6.352.666	8.832.677	8.961.677
	25.305.371	3.320.497	335.327.369	7.052.272	371.005.509	370.950.933
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	56.977	-	-	56.977	56.977

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco Invest ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco Invest são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3). Adicionalmente, os activos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
 - Obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;
 - Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora;
 - Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco Invest considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um spread reflectindo o risco de cada título determinado com base no rating e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2013, caso se alterasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros não se alteraria, visto somente existir um título valorizado através de modelo interno na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

44. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de		Valor de	
	Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	108.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	208.991.461	18.822.059	(106.921.892)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.232	182.752.164	(182.752.164)	323.287.232

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	2013		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2013	Justo Valor em 31-12-2013
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.540.880	1.540.880
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.361.879	9.460.955	7.591.479
investimentos detidos até a maturidade	19.858.741	20.217.278	20.471.608
	31.061.200	31.219.113	29.603.967
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
	182.752.165	31.219.113	29.603.967

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2012	Justo Valor em 31-12-2012
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.394.410	1.394.410
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.939.468	10.084.133	8.903.995
Investimentos detidos até a maturidade	42.941.960	44.077.863	44.133.394
	54.722.008	55.556.406	54.431.799
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
	182.752.165	55.556.406	54.431.799

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 43.

Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2013 e 2012, apresentam o seguinte detalhe:

	2013				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor			Outros ganhos/ (perdas)	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(742.757)	146.470	-	(465.390)	95.529
Crédito a clientes - títulos de dívida	512.461	(522.947)	(1.187.278)	-	98.122
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	167.800	-	218.709
	(230.296)	(376.477)	(1.019.678)	(465.390)	412.360

	2012				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor			Outros ganhos/ (perdas)	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(408.214)	296.587	-	(762.213)	91.534
Crédito a clientes - títulos de dívida	(918.400)	233.491	(86.115)	-	240.981
Investimentos detidos até a maturidade	1.562.173	195.710	144.134	-	1.378.512
	235.559	725.788	58.019	(762.213)	1.711.027

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

45. FUNDOS PRÓPRIOS

O Grupo na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Grupo mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Grupo são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Grupo apresenta um rácio de solvabilidade de 20,3% e 11,8%, respectivamente.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Alves-Ribeiro - Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Sociedade) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de 592.130.691 Euros e um capital próprio de 88.976.957 Euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 24.798.278 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, dos Resultados e Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial, e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013.

Lisboa, 24 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade e das principais empresas englobadas na consolidação, os actos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, dos resultados e outro rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade consolidada da Sociedade no exercício de 2013.

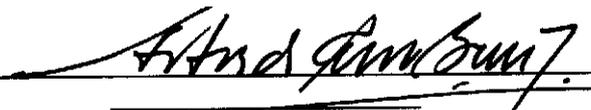
Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 24 de Março de 2014, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 24 de Março de 2014

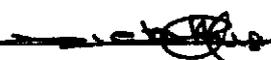
O Conselho Fiscal



Presidente



Vogal



Vogal